



EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL	25. JAN. 1980	ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUGALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	

Sá Carneiro vai propor hoje a Eanes

“Embaixadores políticos”: saem cinco, ficam quatro

O primeiro-ministro Sá Carneiro irá propor, esta tarde, ao Presidente da República, no decorrer do habitual encontro semanal entre ambos, a exoneração de cinco embaixadores não pertencentes à carreira diplomática: Maria de Lurdes Pintasilgo (UNESCO), Manuel João da Palma Carlos (Cuba), Fernandes Fafe (México), Walter Rosa (Venezuela), e Flores Andrade (Zâmbia), conforme decisão tomada pelo Conselho de Ministros na passada terça-feira. Dos nove embaixadores vulgarmente designados como políticos continuarão em funções Hernâni Lopes (CEE), Henrique Granadeiro (OCDE), José Cutileiro (Conselho da Europa) e Álvaro Guerra (Jugoslávia).

A proposta do Governo parece assentar, segundo apurou «O Jornal», em dois pressupostos essenciais: por um lado, na consideração de que ficam em funções apenas os embaixadores que asseguram a representação diplomática de «postos técnicos», ressaltando o caso de Álvaro Guerra, cuja saída «seria inconveniente em virtude da actual situação decorrente da doença de Tito»; por outro lado, os embaixadores cuja exoneração é agora proposta não merecerão a confiança política do Executivo e, em pelo menos dois casos — Flores de Andrade e Fernandes Fafe — teriam já manifestado ao Presidente da República a sua disponibilidade em abandonar os cargos logo que fosse possível.

A decisão do Governo vem, no entanto, confirmar intenções anteriormente manifestadas, por inter-

médio de Sá Carneiro, na Assembleia da República, quando referiu que quatro embaixadores políticos teriam posto o lugar à disposição do Governo, outros tantos não o tinham feito e um não o queria fazer.

Quem pôs e não pôs o lugar à disposição

Neste sentido, «O Jornal» apurou que foram enviados telegramas para as representações diplomáticas em Lusaca, Havana, Cidade do México e Caracas, onde o ministro dos Negócios Estrangeiros estranhava que os chefes daquelas missões não tivessem posto o lugar à disposição do Governo.

Por aqui se poderia concluir que os embaixadores que haviam colo-

cado o lugar à disposição eram precisamente os que agora são reconduzidos: Hernâni Lopes, Henrique Granadeiro, José Cutileiro e Álvaro Guerra. Enquanto em relação aos dois últimos casos foi possível confirmar esta forma, informações obtidas junto do MNE não dão como certo que os embaixadores junto da CEE e da OCDE o tenham feito taxativamente. Contactado, em Paris, por «O Jornal», Henrique Granadeiro recusar-se-ia a prestar quaisquer esclarecimentos a este respeito. Freitas do Amaral poderia ter assim informado Sá Carneiro destas posições de uma forma um tanto ou quanto incorrecta.

O «caso Pintasilgo» era e é diferente pois não só a antiga primeiro-ministro não estava disposta a renunciar ao cargo como também o Presidente da República já havia referido ao primeiro-ministro não concordar com essa decisão.

O caso dos embaixadores propostos e nomeados por Eanes

Ainda a este respeito fontes próximas do MNE mostraram-nos a sua estranheza pelo facto dos embaixadores Hernâni Lopes, Henrique Granadeiro e Álvaro Guerra terem posto — se o fizeram — o lugar à disposição do Governo, uma vez

que tanto a propositura para os cargos que ocupam como a sua nomeação foram da exclusiva responsabilidade do Presidente da República. O mesmo não sucedeu, conforme referimos, com, pelo menos, Flores de Andrade e Lurdes Fafe que manifestaram em tempo oportuno ao Presidente da República o seu desejo de deixarem a Zâmbia e o México.

É natural desta forma que o Presidente da República queira vir a saber do primeiro-ministro as razões concretas por que o Governo tem aparentemente critérios diferentes em relação aos embaixadores políticos, cuja existência sempre mereceu a reprovação dos partidos que integram a Aliança Democrática.

Eanes não aceita proposta de exoneração de Pintasilgo

No que respeita a Maria de Lurdes Pintasilgo, e ponderados «os prós e os contras» — conforme nos disse uma fonte oficial — o Conselho de Ministros aprovou por unanimidade a propositura da sua exoneração ao Presidente da República.

O general Ramalho Eanes, conforme já aqui sublinhámos mais do que uma vez, não irá aceitar a exo-

neração de Lurdes Pintasilgo, pelo que a embaixadora na UNESCO continuará retida em Lisboa, sendo provável que venha a ser requisitada para desempenhar quaisquer funções, de nula responsabilidade, no próprio Ministério.

Ao contrário do que certos meios de informação próximos do Governo têm feito crer — e em alguns casos de forma totalmente incorrecta ou deliberadamente falsa — a saída de Lurdes Pintasilgo da UNESCO poderá vir a ter fortes repercussões no seio daquela organização, designadamente no contexto do Conselho Executivo, de que a antiga primeiro-ministro é um dos 45 membros proposto, entre outros, pelo grupo ocidental.

A recusa do Presidente da República em assinar o decreto de exoneração de Lurdes Pintasilgo poderá, muito naturalmente, pôr em causa as relações de Eanes com Sá Carneiro. Uma fonte próxima do Executivo dizia-nos, a propósito, que «o problema será muito mais entre o ministro dos Negócios Estrangeiros e o PR do que entre este e o primeiro-ministro». Em todo o caso, sublinharam-nos outras fontes, a verdade é que Sá Carneiro se tem mostrado até agora solidário com a maioria das propostas de Freitas do Amaral pelo que não será de estranhar que exista consenso a respeito do caso Pintasilgo.

Freitas Cruz vai para Londres e Paulo Enes para Bona

Finalmente, refira-se ainda que o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas Cruz, deverá mesmo ser colocado em Londres cujo governo já concedeu oportunamente o «agreement» à sua nomeação. Embora «O Jornal» não tenha obtido uma confirmação absoluta a este respeito, sabe-se que o Conselho de Ministros terá considerado não existir interesse em criar novas fontes de perturbação, sobretudo atendendo ao facto de se tratar de um país onde Portugal deve ter permanentemente um embaixador, o que não acontece há já bastante tempo.

A confirmação de Freitas Cruz para embaixador em Londres terá contado com o voto negativo do próprio ministro dos Negócios Estrangeiros e de, pelo menos, mais um ministro do CDS.

Também Paulo Enes irá, como se previa, para Bona e Sá Coutinho para Madrid, não se sabendo qual será a personalidade escolhida para Maputo, parecendo confirmar-se, por outro lado, a indigitação de Silva Marques para Luanda e António Patrício, irmão do antigo ministro do regime fascista, Rui Patrício, para Haia.